

Defensoria do Rio aprova medidas para aumentar equidade racial

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro aprovou na segunda-feira (16/11) uma série de medidas para garantir a equidade racial no 27º concurso para defensor público.

Reprodução



Defensoria do RJ aprova medidas para aumentar equidade racial na instituição
Reprodução

Entre as principais medidas estão a implementação da prova objetiva na primeira fase do concurso para a carreira, possibilitando uma correção mais equânime para todos os candidatos e dando aos cotistas mais chances de participar de todas as fases do concurso.

Outros grupos de candidatos também serão beneficiados, como os que concorrerem nas vagas reservadas a pessoas com deficiência e a pessoas hipossuficientes.

Mais uma mudança foi a garantia de que candidatos cotistas vão ter critérios de correção diferenciados durante todas as fases do concurso, além do percentual das vagas reservadas para negros e indígenas ter aumentado de 20 para 30%.

As propostas apresentadas foram resultado dos estudos do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas e também da Coordenação de Promoção da Equidade Racial da Defensoria (Coopera) — órgão recém criado que representa uma instância de governança do racismo institucional, inserido na estrutura de gestão do órgão.

Para a coordenadora da Coopera, Lívia Casseres, as medidas aprovadas são um passo fundamental para transformar o sistema de recrutamento dos seus profissionais e corrigir uma história de exclusão de pessoas pertencentes a grupos discriminados.

"Com um amplo debate e intensa participação dos movimentos sociais, o Conselho Superior da Defensoria removeu os maiores obstáculos que dificultavam a efetividade da política de cotas no concurso, o que certamente trará resultados muito positivos para a composição de uma instituição mais diversa e mais democrática", ressalta Lívia.



Além disso, foram votadas outras alterações, tais como a possibilidade de incluir matéria de Direito antidiscriminatório no conteúdo das disciplinas previstas no edital e a participação, na Comissão Especial de Heteroidentificação, de pessoas ligadas a entidades do movimento negro.

"O regulamento do 27º concurso representa um avanço para a democratização do acesso aos cargos de defensoras e defensores públicos. A instituição busca assegurar a efetividade das políticas de cotas, tentando reparar uma histórica exclusão dos candidatos de grupos que sofreram discriminações em concursos anteriores. Trata-se de um grande passo para a implementação da efetiva igualdade material", afirma Raphaela Jahara, relatora do processo no Conselho Superior da Defensoria. *Com informações da assessoria da DP-RJ.*

Clique [aqui](#) para ler o regulamento e [aqui](#) para ler o parecer

Date Created

20/11/2020